



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### **ATA DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2014**

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2014, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a 2ª reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;**-----
- 6. **PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DO JÚRI;**
- 8. **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (ADREPES) – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – APROVAÇÃO;**-----
- 9. **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA OS JARDINS-DE-INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE SESIMBRA.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino da Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, Maria José da Cruz Vieira Borges e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Bertina Pereira João Duarte e Paulo Rodrigo Marquês Ruivo;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e José Franco Baptista Anselmo; -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes; do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e do representante da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Artur José da Cunha Borges. -----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e dois minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----A **Presidente da Assembleia** começou por indicar os pedidos de substituição, tendo começado por informar que os Deputados do PS, Joana Bastos e Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos não puderam comparecer, estando presente em sua substituição respetivamente os Deputados Bertina Duarte e Paulo Ruivo.-- -----

-----Também, o Deputado Joaquim Mendes Dias do PSD solicitara substituição, estando a ser substituído pelo Deputado José Franco Baptista Anselmo, que dado estar presente pela primeira vez neste mandato, foi verificada a sua identidade e legitimidade.-----

-----Iguamente a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, dado não poder comparecer, estando em sua representação o membro Artur José da Cunha Borges.-----

-----A Presidente lembrou que esta reunião era a continuação da 1ª reunião da sessão ordinária, ocorrida a 11 de abril p.p.-----

-----Passou a prestar algumas informações, salientando a reunião da Assembleia Municipal de Jovens que se realizaria em maio, deixando o convite para que estivessem presentes na mesma.-----

----- Referiu-se à cerimónia pública que tinha decorrido no dia anterior, indicando que da auscultação recolhida das pessoas, estas consideravam que tinha sido uma cerimónia importante não só do ponto de vista daquilo que eram os conceitos na base dessa iniciativa dos 40 anos do 25 de abril, mas por todo o envolvimento e registo que tinha deixado ficar enquanto marca de trabalho. -----

----- Disse gostar de expressar um agradecimento aos grupos musicais que tinham participado, “Grupo Coral de Sesimbra”, “Grupo Voz do Alentejo” e “Bota Big Band”. Disse também gostar de sublinhar os apoios prestados pela CMS em toda a organização necessária para a realização desta iniciativa, destacando também o apoio e colaboração prestados pelas funcionárias do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, Laura Farinha, Natália Jesus e Elsa Polido. -----

-----Também a participação do funcionário da Câmara, Sebastião Patrício, que tinha dado um grande contributo na realização e levantamento dos dados inventariados, assim como também o funcionário da Câmara e Deputado nesta Assembleia, Rui João Rodrigues manifestara toda a disponibilidade e apoio na

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

recolha de fotografias.-----

-----Passou a referir que esta reunião inicialmente não tinha previsto o PAOD, no entanto tinha sido entendimento em seio da Comissão de Líderes, aceitar com caráter de exceção a introdução de uma saudação pelo 100º aniversário da Sociedade Musical Sesimbrense, previamente enviada aos líderes de bancada, tendo sido recolhidas sugestões sobre o seu teor.-----

-----O **Deputado José Guerra** solicitou intervenção para referir que, devido uma iniciativa do BE, não poderia estar presente na reunião da AMJ.-----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva**, que endereçou em nome da bancada do PSD os agradecimentos pela forma como tinha sido preparada e decorrido a cerimónia do 25 de abril, assim como por toda a envolvimento que tinha tido. Gostava de salientar o trabalho de toda a equipa que tinha estado a trabalhar durante vários dias para que o desfecho tivesse sido aquele, pelo que gostava de deixar aí o agradecimento por todo o esforço e desempenho de toda a equipa, nomeadamente da Senhora Presidente.-----

-----Solicitou intervenção o **Deputado Nuno Nabais** que disse também gostar de felicitar a iniciativa “Memórias de abril” e em particular a Senhora Presidente. Gostaria também de felicitar as funcionárias da Unidade de Apoio, assim como todos os intervenientes da cerimónia, em particular os que tinham feito uso da palavra, nomeadamente os líderes de bancada da Assembleia, que com os seus discursos dignificaram ao mais alto nível as comemorações locais dos 40 anos do 25 de abril e dessa forma acabaram por dignificar o órgão Assembleia Municipal, o Poder Local e a democracia portuguesa, pelo que todos os que tinham intervindo estavam de parabéns.-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** usou da palavra, no sentido de corroborar os vários comentários feitos e na sequência da intervenção da Presidente, gostaria de salientar que de facto tinha sido uma cerimónia que tinha tido um peso institucional forte, acabando por, do seu ponto de vista, celebrar condignamente através da iniciativa da Assembleia Municipal e da participação de todos, os 40 anos do 25 de abril.-----

-----Disse que, associado às comemorações dos 40 anos do 25 de abril tinha tido oportunidade de visitar os trabalhos da escola Secundária de Sampaio, à semelhança de muitos dos presentes, assim como tinha tido oportunidade de visitar o trabalho de artistas sesimbrenses no edifício da Rua Anibal Esmoriz, e embora não diretamente enquadrado também tinha estado na cerimónia da eleição do presidente da Assembleia de Jovens.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro**, que disse gostar de repetir a felicitação que tinham

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dirigido no dia anterior à Presidente e à equipa que tinha tornado possível a realização do evento “Memórias de Abril”. Tinha sido a primeira vez que o MSU tinha estado presente, enquanto força política num evento como esse de comemoração do 25 de abril, em especial os 40 anos, que eram um marco importante. Gostava de deixar registado que, em seu nome e da MSU, tinha-se tratado de uma cerimónia fabulosa, bem organizada e estruturada, achando que toda a gente tinha ficado contente, e que na sua opinião deveria repetir-se.-----

-----**O Deputado José Guerra** disse também gostar de dar os parabéns, no entanto continuava com a opinião de que se deveria ter realizado no dia 25 e não no dia 27. Saliu que era visível que toda a montagem, encenação e cenografia tinham dado muito trabalho, estando o mesmo muito bem feito. ---

-----**A Presidente** disse gostar de deixar aí o registo de que esse trabalho resultara em primeiro lugar do debate que tinha ocorrido na Comissão de Líderes, por mais de uma vez, onde trocaram ideias e afirmaram opiniões no sentido de encontrar a forma mais apropriada de realização dessa cerimónia, resultando numa cerimónia pública, com a particularidade do agradecimento.-----

----- Disse gostar de sublinhar esse agradecimento a muitos dos colegas e ex-colegas, que ao longo de mais de 20 anos, tinham trabalhado no Poder Local, considerando que, até a título póstumo, se tivesse tratado de um carinho não só aos próprios, mas também aos seus familiares, como incentivo e lembrando aquele que tinha sido o trabalho do Poder Local e aquilo que deveria continuar a ser o Poder Local de abril.-----

-----Finda esta intervenção, a Presidente passou a ler a Saudação à Sociedade Musical Sesimbrense, que a seguir se transcreve:-----

-----**“100 anos da Sociedade Musical Sesimbrense”**:-----  
-----*“É para todos nós, motivo de orgulho e satisfação, quando constatamos que na história deste concelho se verifica que nos fins do século XIX e no início do século passado, alguns sesimbrenses promoviam o associativismo de raiz cultural e desportivo. E é com este propósito que um grupo de homens unidos pela música e pelo gosto de a ensinar, se uniram e fruto da sua vontade constituíram esta sociedade.*-----

-----*Eram tempos difíceis, pois vivia-se tempos de guerra - 1914-1918, mas nem com este flagelo a sua vontade foi abalada, antes pelo contrário. Mãos à obra pela música!*-----

-----*Hoje que comemoramos o século da sua existência terá de se homenagear todos quantos ao longo deste período deram o seu contributo a favor dum coletividade com história e com vontade de vencer as vicissitudes dos tempos modernos.*-----

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Desde sempre que reconhecemos nos seus dirigentes, abnegação, espírito de iniciativa, disponibilidade e sentido de serviço público junta da comunidade sesimbrense e em particular na freguesia de Santiago. -----

-----A sua bandeira é a pauta de música, a sua vontade é a melodia e a sua banda é a expressão máxima dum coletividade que através desta partilha, aproxima gerações, acolhe familiares de músicos, promove o gosto musical e entre dois dedos de conversa .... Os pescadores de outrora aqui contemplam o mar e trocam críticas e comentários aos tempos que correm e ao que se vai fazendo de muito bom... e menos bom nesta sua terra. -----

-----É a “nossa música” que plantada à beira do mar também vive no coração da freguesia e por isso este encontro de dois mundos deve continuar e fortalecer, tendo presente que são os dirigentes associativos que continuam neste país a promover a arte, a música, o desporto, o teatro de forma abnegada e entusiasta. -----

-----E hoje ao comemorarmos os 40 anos do 25 de abril é também tempo de reconhecer o papel do poder local de abril no apoio e na partilha de responsabilidades entre os órgãos autárquicos e o movimento associativismo sesimbrense. -----

-----Acreditamos no futuro desta Sociedade Musical, por isso em nome da assembleia municipal apresentamos as nossas felicitações aos dirigentes dos diferentes órgãos diretivos a quem também agradecemos os convites que nos dirigiram. -----

-----Viva a Sociedade Musical Sesimbrense!-----

-----Vivam os seus dirigentes!” -----

-----Solicitou intervenção o **Deputado Alain Monteiro** que começou por dizer que a Sociedade Musical Sesimbrense estava de parabéns, não só pelos 100 anos mas por todo o trabalho que tinha feito em prol da comunidade e da dinamização da cultura. Salientou que, de modo geral, o movimento associativo tinha conseguido estar onde muitas vezes o próprio Estado não tinha conseguido chegar. ----

-----Frisou que, com isto não estava a criticar o Estado, pois era compreensível que não conseguisse chegar a tanto sítio, mas de facto o movimento associativo permitia o acesso à cultura e à prática desportiva, assim como permitia o desenvolvimento local e o progresso das localidades e neste caso acompanhava também as dinâmicas do próprio Poder Local, do qual Sesimbra era um bom exemplo, porque a Câmara de Sesimbra desde a 1ª hora vinha a apoiar o movimento associativo. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** solicitou intervenção para referir que, por um motivo ou por outro, não tinha podido estar presente em nenhuma das iniciativas das comemorações dos 100 anos da

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Sociedade Musical Sesimbrense, tendo tido oportunidade de mandar um email em nome do Partido Socialista à Sociedade na data exata dos 100 anos, 19 de abril, e dizer que era de facto gratificante terem uma Sociedade com a atividade que a Sociedade Musical Sesimbrense tinha, mas também era bom terem o Bota Big Band, que no dia anterior tinha abrilhantado a iniciativa “Memórias de Abril”, na concorrência e na competição sadia entre ambas as instituições, porque tinham uma característica relativamente comum, que com certeza iria valorizar ainda mais qualquer delas e sobretudo a já propecta Sociedade Musical.-----

-----Dado não haver mais nenhuma intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação a Saudação **“100 anos da Sociedade Musical Sesimbrense”**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

### -----**“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**-----

-----Neste período, interveio o cidadão Nelson Rosado que referiu que era a 1ª vez que estava numa reunião de Assembleia Municipal, sendo munícipe de Sesimbra com muito gosto pois gostava muito desta zona, nomeadamente da margem sul.-----

-----Referiu que o que o trazia aí era um assunto grave porque lhe tirava o descanso durante a noite. Esclareceu que residia na freguesia do Castelo, na Av. João Paulo II, junto à antiga Estrada Nacional e vinha a ter alguns problemas em casa.-----

-----Passou a explicar que no final do ano tinha estado fora do país, e quando regressara tinha uma fatura de água excessiva. Tinha ligado para os Serviços, que lhe disseram que provavelmente tinha uma fuga de água, na medida em que olhavam para o histórico que indicava um padrão de consumo que não tinha nada a ver com os valores daquela fatura. Recomendaram-lhe que fechasse todas as torneiras e que verificasse se o contador continuava a passar, vindo de facto a verificar-se que tinha uma fuga enorme.-----

-----Chamou o canalizador que deu volta a toda a canalização não tendo detetado nada, quando por fim verificou a zona da lavandaria onde tinha uma caldeira de aquecimento de águas, onde foi detetado um problema na caldeira. Chamou o técnico da caldeira, que concluiu que a válvula de segurança de entrada de água estava avariada, na medida em que o regulador de pressão antes dessa válvula também estava avariado, ou seja, estava em circuito aberto, significando isto que era como se tivesse uma torneira aberta ligada diretamente ao esgoto.-----

----- Não tinham dado por esta situação, não só porque não estavam em casa mas também porque a caldeira no caso de atingir determinada pressão, para proteção, libertava água, pois caso contrário teriam tido aí um acidente gravíssimo.-----

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Contactou os Serviços da Câmara, que lhe disseram para fazer uma exposição, a qual fez e que obteve resposta por ofício, vindo no 1º ponto algo com o qual ele não concordava. Especificou que com frequência vigiava o regulador e naquele momento tinha fotografias que evidenciavam que os níveis de pressão iam de 6,5 a 7,0kg, sendo extremamente excessivos, na medida em que já tinha falado com o canalizador que lhe dissera que, por muito bom que fosse o material e por muito boa que fosse a construção, não havia material que resistisse. -----

-----Passou a referir que não concordava com o ofício da Câmara, passando a citar o que a Câmara alegara em sua defesa *“refutando qualquer responsabilidade em relação às variações de pressão, tal não é admitido como facto uma vez que por um lado durante o corrente ano nunca essa pressão foi atingida na rede (tendo em conta o funcionamento e respetivos registos). Por outro lado, não é apresentada qualquer evidência relativamente ao afirmado”*. -----

----- Acrescentou que assumia que não tinham tirado quaisquer fotografias relativamente a essa situação, no entanto agora tirava fotografias a tudo. Tinha ficado perplexo com tudo isto e voltara a falar com o técnico da caldeira, que desabafara consigo referindo que, em linha reta desde a sua casa até aos estaleiros da Câmara, havia mais situações, nomeadamente a de um Senhor que era emigrante, que mais ou menos na mesma altura, com uma moradia construída pelo Sr. Rui Neves que tinha sido também o construtor da sua, surgira a situação de uma torneira que tinha rebentado sem saberem bem o porquê, pelo que tinham chamado duas pessoas da Câmara, o Engº João Pedro e o Sr. José Cândido, que foram ao local. -- -----

-----Esses técnicos verificaram que a pressão era excessiva e teriam confidenciado que havia um problema nos reguladores de pressão gerais da Câmara, não sabendo especificar exatamente quais. Salientou que logo aqui, ele se tinha questionado se teria sido coincidência.-----

-----Uma outra situação relatada pelo técnico da caldeira, tinha a ver com uma moradia na Cotovia, que tinha um painel de aquecimento de água no telhado, no entanto esse problema tinha sido facilmente detetado porque não esgotava para o esgoto, mas sim escorria pelo telhado e o proprietário tinha fechado imediatamente a água. -----

-----No seu caso, sentia-se lesado porque numa fatura de água que habitualmente andava à volta de 60/70 euros, e raramente consumiam água da rede, de repente aparecera-lhe uma fatura de mil e tal euros no final de janeiro, início de fevereiro, tendo enviado imediatamente a exposição para os serviços da CMS. -----

-----Passou a referir que posteriormente, exatamente no dia 15 de março, tinha acordado às duas da

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

manhã com o seu bebé de dois anos aos gritos, tendo o quarto completamente inundado, na medida em que uma torneira de segurança da conduta principal tinha rebentado. Na altura não associou as coisas, pelo que tinha feito uma participação ao seguro dos danos emergentes, tendo havido uma peritagem de cerca de 15 dias, que estava em análise na Seguradora. -----

-----Entretanto, na semana anterior, tinha ficado um bocado em pânico porque o perito que era da zona de Sesimbra, apesar de trabalhar para uma empresa no Porto, tinha vindo com a conversa da instabilidade dos níveis de pressão e a tentar “sacudir a água do capote”. Disse-lhe que desconhecia, e pagava os seguros para isso mesmo pelo que iriam ver no que é que isso iria dar.-----

----- Disse estar nesta Assembleia, na medida em que gostaria de saber qual o seguimento da situação que tinha exposto e com quem é que poderia reunir efetivamente que conhecesse esse problema a fundo e levar os seus técnicos, as pessoas de suporte, para discutirem tecnicamente o que é que se passa.

-----Finda a intervenção do munícipe, a Presidente deu a palavra ao Presidente da Câmara, caso este quisesse prestar já algum esclarecimento às questões colocadas. -----

-----**O Presidente da Câmara** usou da palavra para referir que estava a ouvir esta situação pela 1ª vez, não tendo conhecimento do histórico, pelo que não estava em condições de prestar uma resposta sobre os pormenores do assunto, mas pelo que tinha percebido o munícipe já tinha obtido resposta da Câmara, por parte da Divisão que fazia os contratos de fornecimento de água. -----

----- As questões que o munícipe estava a colocar, a confirmarem-se, teriam a ver essencialmente com o setor de produção da água, que pertencia ao Pelouro do Vereador José Polido, e certamente o Vereador teria todo o gosto em falar com o munícipe para aprofundar o assunto. Acrescentou que, as duas pessoas que o munícipe referira que tinham estado na casa do vizinho, Eng.º João Pedro Aqueu e o encarregado geral dos Serviços de Água da Câmara, José Cândido, eram as que estavam em melhores condições para esclarecer essa situação. -----

-----**A Presidente da Assembleia** indicou que o munícipe deveria dirigir-se ao Vereador José Polido para agendar uma reunião, solicitando também ao Vereador que depois lhes fizesse chegar o resultado das démarches que resultassem desse encontro. -----

-----Foi dada passagem ao **PERÍODO DA “ORDEM DE TRABALHOS”**: -----

-----**A Presidente** informou que, como tinha sido do conhecimento dos Deputados, a Câmara Municipal, fruto da calendarização dos relatórios trimestrais enquadrados na certificação da qualidade, e também para responder de uma forma quase simultânea às solicitações da atividade municipal, a Assembleia Municipal tinha criado um calendário que pretendia ir ao encontro daquilo que eram as

Ata nº9 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

reuniões ordinárias. Isso significava que a atividade municipal que era coincidente com este período, era de conteúdo bastante reduzido, pelo que ficara agendada para a reunião de junho, onde seria feita a apresentação do relatório segundo os moldes que a CMS estava a organizar.-----

-----De seguida, deu a palavra ao Presidente da CMS para que este esclarecesse o conteúdo desta nova metodologia de trabalho da Câmara relativamente aos relatórios trimestrais e à informação que deveria ser prestada à Assembleia Municipal.-----

-----**O Presidente** esclareceu que a CMS, no âmbito da certificação da qualidade tinha vindo a ver a melhor forma de ter estes relatórios da atividade municipal o mais atuais possível e com um conteúdo homogéneo em relação aos diversos serviços, na medida em que alguns serviços desenvolviam excessivamente os assuntos, enquanto outros traziam intervenções muito resumidas.-----

-----A intenção tinha sido a de procurar harmonizar as coisas no sentido de ter um tratamento equitativo entre os vários serviços da Câmara, e no âmbito dessa normalização uma das coisas que se tinha procurado, era que passasse a haver relatórios trimestrais dos serviços, tendo sido dadas orientações aos serviços com uma estrutura modelar similar que devia ser preenchida, levada ao conhecimento da Câmara e posteriormente vinha ao conhecimento da Assembleia, ou seja, iriam ter todos os anos 4 relatórios trimestrais, o que queria dizer que em 4 das 5 assembleias que estavam previstas no calendário anual em que devia haver o relatório da atividade municipal, haveria sempre um relatório “fresquinho”.-----

----- Poderia acontecer, como era o caso desta Assembleia, apanharem um período em que havia duas assembleias que se reuniam muito próximas, e em que não conseguiam relatórios diferentes.-----

-----Esclareceu que os Serviços tinham de entregar o relatório do 1º trimestre até 15 ou 20 de abril, sendo uma data muito em cima da data da sessão da AMS. Acrescentou que, aquando da 1ª reunião desta sessão, ainda nem sequer tinha acabado o prazo para os dirigentes remeterem o relatório dos Serviços para o gabinete da presidência, que preparava o relatório final para a assembleia.-----

-----Vincou que era essa razão pela qual naquele momento não havia um relatório atual da atividade dos serviços, para além do último que aí tinha chegado.-----

-----Acrescentou que esse relatório deveria ficar concluído nos próximos dias, supondo que já tinham começado a receber na presidência os vários relatórios dos serviços, pelo que na próxima reunião da Assembleia em que houvesse discussão da atividade municipal seria presente esse relatório, que correspondia ao 1º trimestre de 2014, e assim sucessivamente ao longo do ano.-----

-----Indicou que tinham procurado atualizar o período correspondente a este 1º trimestre com aquilo

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinham sido as principais deliberações da Câmara, agenda do executivo, principais reuniões e atos que ocorreram neste período.-----

----- Disse gostar de assinalar nas deliberações da Câmara o seguinte:-----

-----A tomada de posição, com parecer desfavorável, relativamente ao diploma da reestruturação do setor de resíduos urbanos e processo de privatização da EGF; a deliberação sobre os limites do município de Sesimbra com o município do Seixal, com base na iniciativa do grupo parlamentar do PCP sobre esta matéria; a aprovação, por unanimidade, do novo acordo coletivo de trabalho em funções públicas para os trabalhadores da administração local; a aprovação de um empréstimo de 1,5 milhões de euros, previamente aprovado na Assembleia.-----

-----Prosseguiu, referindo a candidatura à bandeira azul, que este ano tinha como novidade a inclusão da praia da lagoa de Albufeira-mar. Também a aprovação da candidatura Eco XXI 2014. O lançamento do concurso para mais duas licenças para Guardas-noturnos, que entretanto já tinham sido escolhidos e já tinham sido feitos os Despachos de indicação destes dois novos guardas-noturnos. Esclareceu que a partir desse dia havia três Guardas-noturnos a “funcionar” no território da freguesia da Quinta do Conde, resultado da experiência positiva com o 1º guarda-noturno e a dificuldade desse conseguir cobrir sozinho o território que já estava definido.-----

-----Passou a referir-se a uma alteração ao regulamento da estrutura orgânica da Câmara Municipal, que tinha tido a ver com a reintrodução do projeto municipal da Mata de Sesimbra, na medida em que ele já fazia parte da estrutura geral mas não estavam nomeados os membros que compunham este projeto municipal, mas que entretanto tinha sido nomeado.-----

----- Referiu também a aprovação no loteamento municipal da Ribeira do Marchante de uma última alteração, que tinha sido aquela que depois tinha sido sujeita ao sorteio dos lotes na Ribeira do Marchante. Uma última alteração com a numeração dos lotes, tendo em conta o número de munícipes que tinham mostrado interesse em participar neste processo que era mais reduzido do que o número inicialmente previsto.-----

-----Também a decisão de candidatura da praia acessível alargada a mais uma praia do concelho - praia do Moinho de Baixo, tendo em conta que estavam a reforçar o sanitário dessa praia, permitindo também um sanitário para deficientes que não existia e isso permitia essa candidatura. Lembrou que naquele momento tinham apenas uma praia acessível, a praia do Ouro em Sesimbra-----

-----Indicou a nova candidatura ao projeto EDP Solidária, para uma segunda fase do projeto Hortas Solidárias na Várzea da Quinta do Conde, depois do sucesso que tinha sido a 1ª fase. Referiu um

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

protocolo, entre a CMS e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) que visava entregar uma candidatura para a implementação de recifes artificiais na zona de Sesimbra. Era uma candidatura naquela fase ainda com verbas do PROMAR, do atual quadro comunitário, para a instalação de um recife “piloto” que permitiria depois medir os impactos durante um determinado período, por forma a tirar as conclusões que levariam à tomada de decisão para uma candidatura ao futuro quadro comunitário de apoio. - -----

-----Inserido no projeto “Sesimbra é peixe”, referiu a aprovação das normas para o concurso “Sesimbra é peixe e arte na rua”, tratando-se de um projeto dirigido à pintura de portas na Vila, que se encontravam em mau estado de conservação, com temas alusivos ao peixe, e que vinha a ter uma adesão muito significativa, tendo-se verificado a apresentação de cerca de 20 candidaturas. Após uma seleção, escolheriam algumas portas que seriam pintadas, prevendo-se que no Dia do Pescador já estivessem algumas pintadas, pelo que seria um dos acontecimentos desse dia. -----

-----Passou a referir-se à decisão de alteração das normas de funcionamento para a feira da festa do Senhor das Chagas, tendo em conta a alteração que tinha havido ao nível do estacionamento tarifado na zona do terminal, o que levava a optar por instalar a feira da festa das Chagas no recinto em areia que estava mais a norte ao invés do instalar na zona do terminal, dado terem entendido que era uma solução mais adequada porque não obrigava a alterar a situação do terminal e do estacionamento tarifado. ----

-----Referiu o inventário de todos os bens e o relatório de contas que já tinha vindo a esta Assembleia Municipal, e a tomada de posição sobre o novo mapa judiciário que tinha sido aprovada na Câmara por unanimidade, e que criticava o novo mapa judiciário, a exemplo do que tinha sido decidido nesta Assembleia Municipal. -----

-----Em relação aos eventos e atos que tinham tido lugar neste período, realçou a inauguração em janeiro do 1º andar do edifício de resposta social do pré-escolar da Liga dos Amigos da Quinta do Conde.

-----Passou a referir-se à missa de homenagem aos jovens falecidos na praia do Meco, na sequência do incidente em dezembro 2013. Também a inauguração das novas instalações da ArtesanalPesca, a visita dos deputados ao concelho a 31 de janeiro, o aniversário do Clube Sesimbrense, a realização do Conselho Regional da CCR-LVT, onde o próprio tinha sido eleito Vice-presidente desse órgão.-----

----- Realçou a sua participação com dirigentes da Associação de Pescadores do Centro e Sul, dirigentes da ADREPES e Adega Cooperativa de Palmela, em Inglaterra no âmbito do GAC (Grupo de Ação Costeira) da península de Setúbal, onde tinha tido a oportunidade de contactar com vários projetos ligados à pesca, promovidos por este grupo de ação costeira. Também realçou a sua participação nas

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleias gerais da AMARSUL, da ADREPES e da SIMARSUL. -----

-----Referiu a realização de uma reunião com a Direção Geral do Tesouro e das Finanças relativa à posse dos terrenos que eram do estado no Cabo Espichel, na Lagoa de Albufeira e em Sesimbra (Parque de Campismo). Também, a inauguração da Bolsa de Turismo de Lisboa, a Assembleia Geral da ENA (Agência de Energia e Ambiente da Arrábida), a realização em 15 de março do sorteio de lotes na Ribeira do Marchante, a inauguração nesse mesmo dia da Creche do Centro Paroquial do Castelo, tratando-se de um projeto que também tinha tido apoio da Câmara Municipal de Sesimbra e financiamento do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais). -----

-----Mencionou a tomada de posse nos novos membros da Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados, a realização com o Coordenador do PROMAR (Programa Operacional de Pesca) de uma reunião no sentido de desbloquear a candidatura de Sesimbra referente ao financiamento para o Museu do mar, e a assinatura de um protocolo entre as Câmaras de Setúbal, Palmela e Sesimbra relativo à rota dos Castelos e fortes da Arrábida. -----

-----Também o aniversário da Liga dos Amigos da Quinta do Conde no dia 29 de março e a realização de um seminário subordinado ao tema “Sesimbra, um destino para todos”, realizado no auditório Conde de Ferreira, visando essencialmente os cidadãos com dificuldade de locomoção, nomeadamente idosos. Foi focada a importância que os destinos turísticos tinham que dar a pessoas nessa situação, na medida em que representavam uma percentagem muito significativa no turismo à data, tendo sido apresentados dados estatísticos sobre a diferença que fazia determinado destino turístico “ser amigo” das pessoas com dificuldades de locomoção, podendo ser esse um fator decisivo para uma família optar por determinado destino, pelo que lhe parecera que esta matéria tinha sido bastante interessante. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira**, solicitou o uso da palavra para saudar a decisão da Câmara quanto à questão dos relatórios, com a menção de que aos poucos os Deputados desta Assembleia certamente também dariam alguns contributos para eventuais melhorias. -----

-----Solicitou que, caso fosse possível, o Presidente fornecesse mais algumas informações sobre a reunião que decorrera sobre os terrenos que eram pertença da Direção Geral do Tesouro, nomeadamente o Parque de Campismo, pois para si era importante perceber se havia alguma hipótese daquele terreno passar à posse da CMS e terem maior estatuto sobre ele. -----

-----Passou a referir que o PS tinha feito uma nota ao Presidente da CMS, Presidente da AMS e Presidente da Junta de Freguesia do Castelo sobre a deposição de resíduos, eventualmente contaminados, numa Pedreira de aterro de inertes mas que estaria a funcionar como aterro de lamas de

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

uma siderurgia. Acrescentou que sobre isso já tinha havido um processo e uma informação, que obtiveram uma resposta da Câmara, onde era dito que, naturalmente era um assunto preocupante, quer em termos de saúde pública, quer em termos de ambiente na zona do Zambujal, no entanto gostariam de obter algo mais concreto, na medida em que na informação técnica era dito que tinha havido contactos telefónicos com entidades responsáveis pela fiscalização, que não tinham conseguido contactar e a técnica até sugeria que se fizesse por escrito. -----

-----Este acontecimento era mais antigo do que aquilo que supunham, pois já vinha do ano anterior, pelo que gostariam de saber se havia mais alguma informação atualizada em relação a isso. -----

-----Relativamente a alguns problemas na via pública, nomeadamente com as obras de reparação das estradas, na sequência das obras de saneamento, disse haver um conjunto de estradas que deixavam algo a desejar, em termos da altura das tampas de esgoto, e de buracos que sobrevinham à obra, pelo que gostariam de saber se havia alguma ideia sobre o numero de ocorrências sujeitas a pedidos de indemnização por parte de munícipes, e eventualmente caso isso tivesse algum significado, os valores de indemnização pedidos aos seguros. -----

-----A esse propósito, disse gostar de referir um caso que lhe tinha sido relatado por um munícipe em Santana, de uns metros de canos de água tipo *bypass* que estavam a céu aberto em frente à Farmácia, do lado oposto da estrada, e que lhe parecia que não se justificava. -----

-----Disse também ter conhecimento de um aluimento de terras junto ao restaurante Lobo do Mar, perto da entrada do Porto de Abrigo, pelo que certamente não da responsabilidade da Câmara, mas essa por uma questão de segurança do local acabara por intervir, pelo que gostaria de saber o que tinha acontecido e que riscos ainda existiam em relação a esse aluimento. -----

-----Em relação às tão faladas questões do ambiente, e no que dizia respeito ao amianto, embora não fosse responsabilidade da Câmara consistia certamente numa preocupação, tinha conhecimento que nas escolas o assunto estava a ser tratado a nível da Comissão. Quanto às instalações municipais, quer no ex-ciclo, quer eventualmente num armazém mais antigo da Fonte de Sesimbra, e o antigo centro de saúde da Quinta do Conde, entre uma serie de instalações que seguramente teriam amianto, gostaria de saber se já tinha sido tomada alguma precaução ou providencia em relação a isso, e se inclusivamente a Comissão Sindical já tinha tomado alguma atitude em termos da defesa das pessoas. -----

-----Questionou se a Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho já tinha dado algum Parecer sobre esse assunto, e se ao nível do Pelouro do Ambiente, instalações e saúde ocupacional tinha sido reclamada alguma necessidade de intervenção ou o que é que se estava a pensar sobre essas matérias que andavam

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

na “boca do mundo” e que não podiam esquecer que Sesimbra também fazia parte. -----

-----Disse haver uma situação que não sabia se o Presidente já tinha conhecimento, mas julgava que sim pelo menos através dos Vereadores do PS, sobre a Rua na Quinta do Sobreiro na Venda Nova, situada na ligação a seguir à rotunda que servia o Supermercado Modelo, e que tinha sido alvo de uma pergunta de uma Deputada do Partido Socialista ao Governo, para que o Instituto de Estradas pudesse eventualmente vir a pronunciar-se sobre isso. -----

-----Acrescentou que Já tinham falado sobre esse assunto nesta Assembleia, mas na altura a resposta tinha sido um pouco evasiva no sentido de que a Câmara não teria grande capacidade de intervir naquela matéria, dando-lhes a ideia de que ali havia problemas de segurança rodoviária em causa e de algum modo alguma aberração na forma como era feito o acesso àquela rua, 10m a seguir a uma rotunda.-----

-----Passou a referir-se à descaracterização de certo comércio na marginal de Sesimbra, ressaltando que não tinha a ver com nenhuma nacionalidade em concreto. A marginal, à data requalificada de este a oeste, tratava-se da sala de estar e de receber do concelho, no entanto tinham ali uma série de comércio que não tinha muito a ver com a capacidade e a apetência turística daquele espaço, pelo que questionava, se em fase de revisão do PDM, era ou não possível haver uma norma que pudesse regular o tipo de comercio e entidade comercial a instalar naquela zona.-----

-----Relembrou que aquela zona era das mais caras do país, ou pelo menos tinha sido, em termos dos parâmetros definidores do IMI que as pessoas tinham de pagar, e se à data não era a mais cara era das mais caras do país. Tinham que manter a marginal com a mesma capacidade de atração, se não mais, mas com algum tipo de comércio que por lá ia aparecendo tinham dúvidas que isso pudesse acontecer.-----

-----Achava que a Câmara e a Assembleia, deviam tentar arranjar uma solução que pudesse contribuir para dignificar aquele espaço. -----

-----Passou a questionar se a Câmara já tinha alguma informação sobre se Sesimbra também ia ficar sem repartição de Finanças ou não, porque sabia que essa era uma das preocupações do Presidente, porque a fonte de receita ficava mais distante. -----

-----De seguida disse gostar de elogiar a campanha de decoração das portas “Sesimbra é peixe”. Já tinha tido o privilégio de ver duas propostas porque lhe eram muito familiares, achando que era uma iniciativa que seria de grande interesse e além disso colocava os jovens Sesimbrenses a trabalhar sobre coisas que lhes eram muito caras. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado João Rodrigues**, que referiu que dado a Câmara ir alterar a periodicidade da informação da Atividade Municipal, para se ajustar às datas de realização das

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleias, julgava ser importante, nomeadamente por um dos pontos que tinha sido tratado na ultima sessão, que fosse junto na próxima Assembleia, ou pelo menos durante o ano, um quadro que identificasse todas as entidades culturais, desportivas ou de lazer que tivessem sido objeto de protocolos ou acordos com a Câmara a apoiar, pois quanto a si era importante que os Deputados, quando debatessem alguns assuntos neste âmbito, tivessem o enquadramento global desses apoios e até eventualmente analisá-los no âmbito da atividade municipal, ou dentro de outro ponto qualquer a definir, pois por vezes ao falarem das coisas sem terem a noção global e de conjunto, podiam tomar as decisões erradas.-----

-----**A Presidente** informou que se o Deputado assim entendesse, a Assembleia poderia diligenciar junto do Presidente da Câmara para que remetesse a listagem das coletividades e Associações com as quais a Câmara tinha protocolo e respetivos valores, tendo o Deputado concordado.-----

-----Interveio o **Deputado Pedro Mesquita**, que de acordo com o que tinha dito sobre o parque de estacionamento junto ao minipreço no período da festa das Chagas, e dado ter sido acordado entre a CMS e a Emparques, que aquele espaço seria de estacionamento para os trabalhadores do município e residentes, no entanto neste período em que as pessoas não podiam lá estacionar, questionava qual era a alternativa para essas pessoas neste período, e se daí podiam advir alguns custos.-----

-----Passou a referir-se à estrada que ia da rotunda da Vila Alegre para a estação de Coina, salientando que sabiam de antemão que essa estrada era municipal e pertencia a Coina-Seixal, no entanto a bancada do PS gostaria de saber se existia alguma possibilidade, através de um acordo entre câmaras municipais de conseguirem melhorar aquele pavimento, na medida em que cerca de 80% da circulação naquela via era feita por pessoas que se deslocavam da Quinta do Conde para o emprego entre outros destinos.-----

-----Prosseguiu, referindo que na entrada da Quinta do Conde, antes dos Bombeiros, existia uma pequena rotunda, construída acerca de 10/12 anos julgando que a mesma era da responsabilidade da AUGI 18 e não da Câmara, no entanto gostaria de saber o que é que se poderia fazer para melhorar a via naquela zona apesar de não ser diretamente da responsabilidade da CMS.-----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que referiu que gostaria de saber se seria durante esse ano que avançaria a obra de colocação dos passeios na antiga rua 10 do Sport City.-----

-----Passou a questionar qual tinha sido o enquadramento e qual a razão que tinha levado a Câmara à decisão permuta dos lotes 982 e 1041 no Conde 2 por dois lotes no Conde 1, que eram propriedade da Câmara. Acrescentou que se o Presidente não tivesse qualquer informação para prestar nesse momento,

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

gostaria que a fizesse chegar posteriormente à Assembleia Municipal. -----

-----Passou a referir-se a uma situação que já abordara em anteriores Assembleias, e que tinha a ver com a colocação de caixotes do lixo junto à entrada do mercado da Lagoa, sendo que após a sua exposição os caixotes continuavam no mesmo local, pelo que solicitava que fosse avaliada a possibilidade de recolocação noutra local, por causa do cheiro que os mesmos emanavam, o que era muito desagradável na entrada para um mercado. -----

-----Congratulou-se pela intervenção do Movimento Sesimbra Unida ao solicitar os dados referentes às coletividades, e que ele alargava às pessoas, que em nome individual, solicitavam alguns subsídios para a promoção de Sesimbra, pelo que gostaria de saber se a Câmara atribuía de facto e a quem.-----

-----Passou a referir que há um ano atrás tinha criticado a atuação da CMS relativamente à participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, no entanto este ano queria congratular-se com a participação do município e dar os parabéns pela forma como estava exposto o stand e como tinha decorrido a feira, pois de facto era disso que Sesimbra precisava, ou seja de divulgação. -----

-----Disse gostar que se atestasse a possibilidade dos artesões locais virem a ter possibilidade de vender os seus produtos numa próxima BTL, na medida em que era uma das sugestões que o relatório apontava, assim como dar uma maior ênfase ao “Sesimbra é peixe”. -----

-----Já tinham ouvido aí falar na iniciativa de decoração das portas da Vila, no entanto pensava que se deveria fazer mais alguma coisa, porque a ideia de “Sesimbra é peixe” tinha de passar mais além do distrito, pelo que tinham de vender essa imagem e cativar, e isso ia ao encontro daquilo que o Presidente tinha dito relativamente ao turismo da 3ª idade, estando aí um vetor importante para o desenvolvimento do concelho em termos de turismo. -----

-----Findas as intervenções, por parte dos Deputados, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para que prestasse esclarecimento às questões colocadas.-----

-----**O Presidente** começou por dizer que, relativamente à reunião com a Direção Geral do Tesouro e das Finanças, tendo em conta a reunião que tinham tido há um ano e meio e o compromisso que tinha sido assumido na altura, por parte do Senhor Subdiretor Geral do Tesouro e das Finanças, de proceder à avaliação dos terrenos que a Câmara tinha proposto para permuta com os terrenos do Estado, ou seja, repescando, tinham começado por sugerir ao Governo que fizesse uma cessão dos terrenos do Cabo Espichel a favor da Câmara, e a resposta foi de que em termos legais isso não seria possível, pois teria sempre que ter um custo. -----

-----Na evolução dessa conversa tinha acabado por surgir a hipótese de poder haver permutas de

Ata nº9 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

terrenos, na medida em que havia vários terrenos que estavam na posse do Estado há vários anos e que formalmente ainda estavam na posse da Câmara Municipal, ou seja estavam a ser usados pelo Estado mas formalmente ainda estavam registados a favor da Câmara. -----

-----Disse estar a falar do terreno da Escola Secundária de Sampaio, de terrenos na Quinta do Conde, que abrangiam alguns lotes da Escola da Boa Água, da Escola Michel Giacometti e da Escola Básica Integrada, ou seja eram vários terrenos registados em nome da Câmara embora em uso pelo Estado porque eram escolas da responsabilidade da Administração Central já há vários anos.-----

-----Também tinham colocado a hipótese do terreno onde estava o atual Centro de Saúde da Quinta do Conde, que tinha sido em direito de superfície, ser transformado em posse plena para o Estado, ou seja, que pudesse haver uma permuta entre terrenos que eram oficialmente da Câmara e que estavam em uso pelo Estado por terrenos que estavam na posse do Estado e que interessavam à posse da Câmara, como era o caso do parque Campismo, que era um terreno do Estado usado pela Câmara desde os anos 40.-----

-----Essa hipótese tinha sido encarada, na altura, pelo Diretor Geral como possível e tinham ficado de fazer uma avaliação desses terrenos, ou seja, eles tinham ficado de fornecer o levantamento dos terrenos e dos seus cadastros, o que tinham feito passado pouco tempo dessa reunião. -----

----- Entretanto, a única coisa que lhes tinha sido dita era sobre a avaliação que tinham feito aos terrenos da ala norte do Cabo Espichel, em que o Estado demonstrara estar disponível para ceder o terreno à Câmara, pela “módica” quantia de 920 mil euros, mas com um desconto de 500 mil euros, tendo em conta que a Câmara assumisse a responsabilidade de recuperar a ala sul, porque no protocolo que tinha sido celebrado entre a igreja e a Confraria do Cabo Espichel, o compromisso era de que o Estado ficava com a ala norte para instalar uma pousada e recuperava a ala sul para devolvê-la à igreja, para devolvê-la já recuperada. Como não o fez, a proposta feita foi de que a Igreja ficava com aquilo por 420 mil de euros e recuperava a ala sul. -----

-----Na altura a Câmara dissera que isso era “quase para rir”, mas como a proposta que tinha sido feita tinha sido para avaliação do conjunto dos terrenos decidiram fazer a avaliação porque podia ser que na avaliação destes números, se calhar até nem estivessem tão longe dos valores reais dos terrenos. Foi esse o compromisso assumido, mas infelizmente constataram na ultima reunião que não tinha havido qualquer evolução, ou seja, não tinha sido feita nenhuma das avaliações, segundo a informação do subdiretor Geral, porque a falta de recursos humanos não o tinha permitido, e não antevia num curto prazo de tempo nenhuma evolução positiva, porque ainda ia perder mais funcionários no âmbito da

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

redução de recursos humanos que a Administração Central vinha a ser sujeita.-----

-----Perante esta informação, tinha sugerido ao Diretor Geral que fosse a Câmara a fazer a avaliação e a apresentar o valor da avaliação, tendo tido a resposta de que era isso mesmo que ele vinha propor nesse dia, pelo que tinha a Câmara assumido a responsabilidade da avaliação. Acrescentou que estavam a falar da hipótese de permutar os vários terrenos que tinha referido, em uso pelo Estado e que eram terrenos municipais, pelos terrenos do parque de campismo, Cabo Espichel e ainda pelos terrenos na margem sul da Lagoa de Albufeira, terrenos que tal como sabiam a CMS tinha solicitado ao Estado que fosse feita uma cessão a favor da Câmara, quando tinham decidido a criação da área protegida da Lagoa de Albufeira, onde estava a Casa do Infantado e toda a margem sul da Lagoa.-----

-----Também, a incluir nesse pacote, estavam os terrenos da Mata da Amieira sobre a qual existia um contencioso, sobre se eram pertença do Estado ou da Câmara, na medida em que a Câmara também tinha esse terreno registado a seu favor, ou pelo menos uma parte dele, e portanto havia a dúvida de quem é que era, mas se fosse possível incluí-lo, esquecendo se era mais 10 ou menos 10 ha da Câmara, não haveria grande problema desde que se conseguisse meter isso dentro do mesmo bolo. -----

-----Salientou que este tinha sido o princípio de entendimento estabelecido, pelo que naquele momento estava do lado da CMS apresentar a avaliação dos terrenos. Nesse sentido, já tinha sido feito um contacto com um avaliador para avaliar os terrenos do Parque de Campismo, tendo-se optado pelo Eng<sup>o</sup> Celso, estando já a trabalhar nisso. Esse Eng<sup>o</sup> tinha sido Diretor do Parque Natural da Arrábida e era perito avaliador, tendo avaliado os terrenos no Moinho de Baixo, acerca de dois anos a essa data, quando se tinha dado a candidatura da Praia do Moinho de Baixo, ao concurso “Sete Maravilhas do País”.-----

-----Relativamente aos outros terrenos, tinham entendido que não havia necessidade no imediato de contratar uma avaliação, porque no caso dos terrenos da Quinta do Conde, tinham avaliações decididas pelo Tribunal ainda recentes, como era o caso dos terrenos do Centro de Saúde, em que tinha sido atribuído um valor a cada lote, ou seja, havia valores atribuídos aos lotes, sendo questão de fazerem uma média ponderada desses terrenos com decisões judiciais.-----

----- Disse haver valores que a Câmara tinha pago na ordem dos 40.000 euros, como era o caso do Centro de Saúde, ou seja tivera de pagar 40.000 euros aos proprietários para poder entregar esses terrenos. Como certamente se lembrariam, na altura o Governo tinha vindo dizer que só com a entrega efetiva dos terrenos é que admitia avançar com a obra, pelo que tinham esses valores que eram extrapoláveis para o resto da área da Quinta do Conde, uma vez que as contas do ponto de vista da CMS eram simples de fazer, ou seja, se um lote de 300m valia x, um terreno de 3000 valia 10 vezes isso. -----

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Da projeção desses valores e do valor dos terrenos, que eram da Câmara e que estavam na posse do Estado, feitas as contas, tinham um valor superior aos terrenos que o Estado lhes poderia vir a ceder, e isto porque os terrenos em causa, como os da margem sul da Lagoa, não tinham nenhum valor comercial, porque eram terrenos da reserva ecológica nacional e não tinham capacidade construtiva, ou seja, o seu valor era de 3/4 euros o metro quadrado e não mais do que isso. -----

----- O valor do terreno da Mata da Amieira era idêntico, porque era um terreno também em área protegida onde não se podia construir, tendo um valor residual. O caso do Parque de Campismo é que era diferente e por isso é que tinham pedido uma avaliação desse caso em concreto, porque em relação aos terrenos da Amieira e da Lagoa, podiam até usar a avaliação que tinha sido feita recentemente para os terrenos do Meco. -----

-----Salientou que o ponto de situação era este e estavam a trabalhar afincadamente, tendo pedido ao Eng<sup>o</sup> Celso que até ao final de maio tivesse a avaliação feita para ver se no mês de junho conseguiam fazer chegar esses elementos à Direção Geral e pedir uma nova reunião e depois verem se conseguiam resolver essa situação definitivamente, o que seria ótimo pois ficariam com um conjunto de terrenos para vários projetos que tinham já enquadrados e também porque já não tinham esperança de voltar a ficar com os terrenos das escolas e nem queriam, pois queriam era que as escolas lá continuassem.-----

-----Quanto aos resíduos na Pedreira do Zambujal disse crer que, na carta que já tinha sido remetida à Assembleia Municipal era dito que, ainda muito antes da denúncia agora apresentada, já há uns meses atrás tinha aparecido uma denúncia anónima na Câmara, à qual tinham dado seguimento. Tinham pegado nessa denuncia e remeteram-na para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e para a Direção Geral da Economia, que eram quem tinha a gestão das pedreiras e afins.-----

-----Estavam a falar de uma pedreira que estava licenciada para aceitar resíduos inertes e não para aceitar lamas ou materiais contaminados. Indicou que a técnica da CMS, Dr<sup>a</sup> Marta Franco acompanhada de outros técnicos, tinham-se deslocado à Pedreira e não tinham verificado nenhuma evidência de que existissem lá essas lamas, tendo a empresa negado que tivesse recebido alguma coisa desse tipo, no entanto havia alguém que fazia essa denúncia e pelos vistos tinha voltado a reincidir.-----

-----Desta forma, competia às entidades que tinham fiscalidade nesta matéria, a APA e a própria Direção Geral da Economia, averiguarem. Acrescentou que a CMS não tinha recebido nenhuma resposta à denúncia que tinham apresentado meses atrás, tendo pedido aos Serviços para que, perante esta nova questão dos elementos do PS, e que o Vereador também já tinha levantado, além de informar que diligências já tinham feito através de ofícios a essas entidades, que voltassem a insistir por escrito junto

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dessas entidades para saber se havia alguma evolução em relação a isso. -----

-----Quanto à reparação de estradas e pedidos de indemnização, referiu que, como era óbvio na sequência destas obras de saneamento tinham aparecido vários pedidos de indemnização, sendo a maior parte reencaminhada para as empresas que faziam as obras, e que tinham contratos de seguros, sabendo que nuns casos tinham pago e noutros contestado, com o argumento de que as obras estavam devidamente sinalizadas e que tinham sido as pessoas a não ter as cautelas necessárias, tratando-se se calhar de dezenas de reclamações desse tipo desde o início dessas obras.-----

-----Também havia algumas situações de dúvida, entre se a responsabilidade era da empresa ou da Câmara, se o buraco era da obra, ou se o buraco já lá estava, porque de facto havia buracos que não tinham nada a ver com as obras, na medida em que eram buracos resultantes da deficiente manutenção das estradas. -----

-----Em relação à reparação nas estradas, na sequência das obras de saneamento, referiu que na semana anterior tinha tido oportunidade de dar uma volta por todo o concelho em todos os sítios onde tinha havido intervenções e o panorama tinha mudado substancialmente no último mês. Na Maçã e Pedreiras praticamente toda a área já estava recuperada e as valas tapadas. -----

-----Na Aiana ainda havia situações por resolver, e aí tinham feito um contrato adicional com a empresa PROTECNIL para a pavimentação integral da estrada da Aiana desde o Zambujal de Baixo quase até às Caixas. Essa intervenção também apanharia a parte asfaltada da estrada da Raposa e uma parte da estrada do Porto da Era.-----

-----A estrada da Assenta também tinha sido objeto de repavimentação desde o cruzamento do Castelo, praticamente até onde a obra de saneamento tinha tido lugar, ou seja a estrada que ia ter ao Zambujal e que passava por baixo da variante que tinha estado projetada e que vinha em direção ao Porto de Pesca. A parte remanescente da estrada seria objeto de uma intervenção já a cargo do Departamento das Obras Municipais. -----

-----Na Carrasqueira e na Charneca tinham a maior parte das valas tapadas, havendo no entanto situações em que a vala estava melhor do que o resto da estrada, devido ao elevado degradamento da estrada. A vala tinha sido recuperada e era isso que estava no contrato, portanto, havia situações em que a Câmara ia ter de fazer intervenções mais de fundo mas naquele momento não tinham orçamento para a fazer, pelo que iriam ter de a fazer logo que possível. -----

-----Também tinha sido feito o levantamento global pelos Serviços da Câmara, Departamento de obras municipais, para um conjunto de intervenções a ter lugar ainda nesse ano, estando naquele

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

momento a sere preparados os procedimentos para concurso onde iriam intervir na reparação de mais algumas vias mas também, pela primeira vez, iriam começar a pavimentar estradas e ruas que estavam em terra batida, nas quais tinham sido feitas obras de saneamento e nas quais à data já havia condições para avançar com pavimentações, estando a falar num investimento na ordem dos 300/400 mil euros a lançar no decurso desse ano, que esperavam que o seu inicio e conclusão decorresse nesse ano. -----

-----Passou a referir-se ao cano de água que se encontrava à superfície, e que ia da Farmácia até à Clínica Flecte, indicando que essa era uma intervenção do Serviço de Águas que estava a aguardar. Esclareceu que o tubo tinha sido colocado à superfície com carater provisório, mas que a situação vinha a arrastar-se, tendo já sido chamada a atenção dos Serviços para isso, e decorrido uma pequena intervenção junto à Flecte, na medida em que o tubo era inclusive um obstáculo para quem entrava e saía do edifício, tendo o tudo nessa zona sido enterrado. No restante troço, o tubo estava encostado ao edifício, sendo inestético mas não um obstáculo físico à circulação dos peões. -----

-----Quanto à queda de terras, junto ao Restaurante Lobo do Mar, a Proteção Civil tinha atuado prontamente. O Vereador do pelouro esteve no local, tendo a estrada sido vedada. Foi feito contacto com as Estradas de Portugal no sentido de intervencionarem, e logo nesse dia deslocaram-se técnicos ao local e no dia seguinte instalaram estruturas de betão, na zona onde tinha havido a queda de terras, por forma a garantir que não atingiam a estrada. -----

-----Nessa altura já eram só bocados de terra de pequena dimensão mas na fase inicial tinham caído alguns maciços de terra argilosa de maior volume, pelo que houve necessidade de delimitar o espaço por forma a salvaguardar viaturas e peões que por ali passavam. -----

-----Esta situação resultara de uma propriedade privada que existia na parte superior, onde o proprietário tinha nas traseiras da sua moradia uma pequena horta, e provavelmente com as regas da horta acentuava a erosão dos terrenos naquela zona, pois naquele caso não tinha a ver com nenhuma linha de água, teria sim a ver com a erosão dos terrenos, provavelmente fruto do lavrar a terra, de mexer nos solos e eventualmente de alguma rega, tendo o munícipe sido contactado no sentido de apurar as suas responsabilidades, julgando que a essa altura as coisas estavam estabilizadas. -----

-----Quanto à questão do amianto, referiu que tinham noção das situações existentes, mas de qualquer forma não lhes tinha chegado até ao momento, formalmente, nenhum pedido nem da Comissão Sindical, nem da Comissão de Higiene e Segurança relativamente a esta matéria. -----

-----Acrescentou que não tinham situações de amianto em estado de degradação, sendo preciso desmistificar esta questão em torno do amianto e não deviam ser eles a contribuir para qualquer espécie

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de alarmismo nesta matéria. Acrescentou que muitos especialistas diziam que o amianto era mais perigoso quando se retirava do que quando estava colocado, desde que não estivesse em estado de degradação. O amianto era perigoso quando se desfazia, em termos de saúde pública, e não tinham nenhuma situação desse tipo. -----

-----Disse pensar que a instalação que tinham em pior estado era a das antigas oficinas da Fonte de Sesimbra, e que naquele momento estavam desativadas estando a servir de arrecadação e ia lá muito pouca gente. Todas as outras instalações não estavam em estado de degradação, mas naturalmente que iam fazer todo o possível para que esta situação pudesse ser resolvida num futuro breve.-----

-----Esperavam que ainda nesse ano fosse dado início ao processo de substituição da cobertura de amianto do mercado municipal, dado tratar-se de um espaço de uso público, parecendo-lhes particularmente importante, embora não fosse uma estrutura que apresentasse uma situação de risco de degradação. -----

-----Em relação aos serviços da Câmara, na antiga Escola do Ciclo Preparatório, também havia coberturas em amianto mas todas elas tinham tetos falsos nas instalações onde ainda havia serviços instalados, pelo que não lhes parecia que houvesse nenhuma situação de risco. Desse espaço constavam também os corredores externos cobertos por estruturas de amianto trapezoidais, típicos de muitas escolas de Portugal desta geração, e que ainda se mantinham. -----

-----Quanto à Rua Quinta do Sobreiro, referiu que havia uma solução estudada pelo Departamento de Obras para aquela rua, estando a ser ponderada a sua pavimentação, uma vez concluída a rede de saneamento na mesma. A intenção era que, no âmbito dessa pavimentação, fosse implementada uma solução que pensavam iria resolver 90% do problema daquela rua, desde as traseiras da BP até à rotunda. -----

-----Relativamente à descaracterização do comércio na marginal, referiu que esta era uma matéria difícil, tendo sérias dúvidas que o PDM pudesse entrar a esse nível de pormenor sobre o tipo de comércio na marginal, pois certamente não se poderia dizer estabelecer a nacionalidade e/ou etnia dos comerciantes, até porque alguns portugueses tinham lá estabelecimentos que não eram aconselháveis, no entanto era uma questão que poderiam avaliar, não lhe parecendo que fosse fácil. -----

-----Quanto à Repartição de Finanças não tinham nenhuma informação de que fosse haver encerramento da mesma. Tinham apenas a informação que tinha vindo a público de que metade das repartições do país iriam ser encerradas, esperava no entanto que não tocasse a Sesimbra. Nesse dia também tinha ouvido na rádio uma notícia de uma reunião que tinha havido entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, de que não seria assim, portanto ainda se iria fazer um estudo, pelo que até

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ser feito isso demoraria com toda a certeza.-----

-----Quanto às questões do apoio ao movimento associativo, referiu que a CMS apresentava sempre ao final do ano o conjunto de todos os apoios ao movimento associativo, vindo o mesmo discriminado no relatório de contas, no entanto iria ver se era possível o fornecimento do quadro que estava a ser pedido, mas agradecia que o pedido fosse formalizado afim de ser reencaminhado para os Serviços. ----

-----Quanto ao estacionamento na Av. da Liberdade, referiu que o terreno para a realização da Festa das Chagas não tinha nada a ver com a Emparques, pois era um terreno particular que vinha a ser cedido à Câmara para estacionamento e que agora serviria para a realização da Festa das Chagas. -----

-----Informou que tinha sido feito um contacto com a Emparques por parte do Vereador do Pelouro, estando em crer que no dia seguinte seria feita a divulgação dessa situação, tendo havido acordo da parte da Emparques a uma proposta que a Câmara tinha apresentado no sentido de, a partir do Minipreço para cima, o estacionamento de um lado e do outro da estrada poder manter-se gratuito para os titulares de cartão profissional, embora o custo durante a semana fosse de €0.50/dia. Quem não tivesse o cartão profissional teria que se sujeitar à respetiva fiscalização.-----

-----Relativamente à estrada de acesso à estação de Coima, esta estrada era uma estrada que estava num território do concelho do Seixal, mas como tinha sido lembrado e bem provavelmente 70 ou 80% dos utentes utilizadores eram do concelho de Sesimbra, pelo que a Câmara de Sesimbra vinham a conversar com a Câmara do Seixal sobre esta matéria, havendo uma proposta da Câmara do Seixal no sentido de partilharem os custos da repavimentação, disponibilizando o Seixal as suas máquinas e mão-de-obra e a Câmara de Sesimbra teria de adquirir as massas asfálticas, mas estavam a falar de mais de 100 mil euros em massas asfálticas e portanto a intenção era boa e a vontade existia mas faltava a outra parte.-- -----

-----Acrescentou que se o alvará para a Mata de Sesimbra e o protocolo para as obras de urbanização tivessem avançado, uma das obras prevista era essa, mas com os atrasos que se tinham verificado no processo naquele momento não tinham a certeza quando é que isso iria avançar, portanto teria que vir do orçamento municipal e a Câmara este ano não tinha verba para este efeito, mas essa matéria poderia vir a ser considerada no ano seguinte. -----

-----Relativamente à rotunda da AUGI do Pinhal do General, esta rotunda era da AUGI e vinham a manter alguns contactos, nomeadamente uma reunião recente com o Presidente da AUGI do Pinhal do General. A situação financeira da AUGI também não lhe permitia avançar com quaisquer obras, havendo à data uma perspetiva, face à emissão do alvará do Seixal, de resolução mais célere da questão dos lotes

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que estavam vendidos em avos dentro da zona do Pinhal do General e esperavam que até ao final desse ano as coisas estivessem mais clarificadas no sentido de poderem avançar para uma negociação mais intensa com a AUGI do Pinhal do General em relação ao encerramento das obras de urbanização.-----

-----Acrescentou que muitos dos proprietários tinham dívidas à AUGI do Pinhal do General, e esse dinheiro permitiria concluir as obras e ainda sobrava, mas perante as dificuldades que tinha havido de conseguirem obter esse meio financeiro teriam de ponderar outras alternativas possíveis como já tinham feito noutras situações mas naquele momento estavam a aguardar que o processo das escrituras dos lotes pudesse ter um desenvolvimento mais significativo.-----

-----Relativamente aos passeios da Rua 10, iriam avançar de um dos lados da rua, pois a verba que tinham em orçamento permitia-lhes garantir um dos lados da Rua Luís Vaz de Camões até à rua que ia para a igreja, porque isso era possível fazer sem terem de mexer na rede pluvial, pois caso tivessem de mexer nessa rede, além de ser o dobro do passeio encareceria muito a obra.-----

-----Relativamente à permuta de lotes informou que essa questão estava nos Serviços, pelo que certamente a resposta chegaria em breve.-----

-----Quanto aos contentores à entrada do mercado da Lagoa iria tomar registo disso mais uma vez para o Vereador do Pelouro.-----

-----No que dizia respeito à atribuição de subsídios a particulares, informou que os únicos subsídios a particulares que a Câmara atribuía era no âmbito do REMAR para as obras de beneficiação, habitações sociais, etc., não sabendo a que particulares em concreto o Deputado se estava a referir. Poderiam era atribuir a eventos patrocinados.-----

-----Quanto ao “Sesimbra é Peixe”, reconheceu que era preciso fazer mais, indicando que estava para breve a adjudicação do trabalho à *Young and Rubican* que era quem estava a definir a estratégia para esta promoção, ou seja, já tinha sido entregue a proposta e em breve essa seria adjudicada.-----

-----Solicitou intervenção o **Deputado Francisco Cordeiro** que referiu que tinha visto que no *site* da CMS já existia algo sobre a greve dos trabalhadores da AMARSUL, e que ia ao encontro de uma moção aprovada por essa Assembleia, no dia 14 de fevereiro, julgava que por unanimidade, contra a privatização da EGF (Empresa Geral do Fomento, S.A.). Estes trabalhadores para mostrarem o seu descontentamento relativamente a esta situação iam estar em greve nos dias 30 de abril, 1, 2 e 4 de maio, ou seja, seria 2ª, 3ª, 4ª e 6ª e só já abriria no sábado, pois tal como vinha a acontecer desde há dois anos não recebiam lixo aos domingos.-----

-----Acrescentou que as Câmaras no norte do distrito estavam na contingência de não fazer recolha

Ata nº9 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

ao domingo, na medida em que não tinham pontos de entrega. Salientou que esta era uma situação que ia de certa maneira afetar os munícipes de todos os concelhos que eram abrangidos pela AMARSUL, e estavam a falar de todos os concelhos do norte do distrito.-----

-----A pergunta que queria colocar era no sentido de saber, o que é que a Câmara estava a pensar fazer para sensibilizar as pessoas para esta situação, na medida em que eram cinco dias sem a entrega de lixo, porque o sábado seria certamente um dia caótico para a entrega do lixo.-----

-----Interveio a **Deputada Helena Cordeiro**, que referiu que no exercício da sua atividade, enquanto Deputada Municipal, fazia com alguma frequência visitas ao Casal do Sapo na freguesia da Quinta do Conde, pelo que gostaria que o Presidente os pudesse esclarecer, e isto respeitando naturalmente a autonomia da gestão das AUGIS, sobre um pequeno troço não alcatroado e cheio de buracos que pertencia a uma AUGI, a qual não sabia identificar. Tratava-se de um troço da Av. das Forças Armadas que ia desde o grupo desportivo até à estrada alcatroada.-----

-----Dos contactos com a população tinha-lhe sido dito que, devido aos buracos na estrada não alcatroada, os transportes públicos insistiam em não fazer aquele percurso, enquanto esse pequeno troço não estivesse asfaltado e isso era altamente prejudicial para a população, até porque nessa avenida havia uma escola de ensino básico. Sabia que não era uma competência da Câmara asfaltar aquele troço, mas gostaria de saber se havia, à semelhança do que se tinha feito com a AUGI do Pinhal do General, alguns contactos com esta AUGI para se perceber quais eram as prioridades que tinham no investimento das verbas que dispunham e isso era importante porque a restante via estava asfaltada, faltando só aquele pequeno troço.-----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que solicitou ao Presidente da Câmara, se após a avaliação dos terrenos, lhes poderia fazer chegar o respetivo processo para que a assembleia tivesse conhecimento do mesmo.-----

-----Passou a fazer o reparo de que no Boletim Municipal, na parte dos destaques, no que respeitava às iniciativas desta Assembleia do 25 de abril, era dito que a junta de freguesia da Quinta do Conde no dia 10 de abril tinha um ciclo de debates sobre o movimento associativo e no espaço zambujal, referente à junta de freguesia do Castelo, vinha a dizer que era urbanismo e ambiente, julgando que havia aí um lapso na medida em que julgava que os temas estavam trocados, pelo que solicitava que houvesse um maior cuidado.-----

-----**A Presidente** informou que, relativamente a essa questão a responsabilidade tinha sido da Assembleia, na medida em que atempadamente tinham dado a informação do nome dos palestrantes e

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

respetivos debates mas posteriormente, como era do conhecimento de todos, houve dificuldade de agenda por parte das entidades programadas, não tendo havido a possibilidade de alterar no Boletim dado o mesmo já ter sido impresso, contudo a informação foi corrigida no site da CMS. -----

-----Referiu que em tempo oportuno tinham feito contactos com o presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e de Santiago, situação que tinha a ver com estes dois debates tendo os mesmos ficado reagendados, o de Santiago para as Festas de Santiago e o da Quinta do Conde, para o aniversário da respetiva freguesia. Na freguesia do Castelo, mantinha-se o agendamento do dia 9 e estava previsto que o tema fosse “património e movimento associativo” -----

-----Solicitou intervenção o **Deputado Vitor Antunes** que referiu que tinha ficado acordado que o debate seria integrado no programa do aniversário da freguesia, pelo que seria próximo do dia 9 de outubro, defendendo que os contactos fossem feitos atempadamente para prevenir o que tinha acontecido desta vez. -----

-----Dado estarem a apreciar a atividade municipal, disse gostar de deixar aí o registo da dedicação do Serviço de Logística da Câmara Municipal durante este período, aproveitando para sublinhar a colaboração que no dia anterior tinha sido proporcionada na Quinta do Conde à realização do 3º prémio de ciclismo juvenil que tinha contado com mais de duas centenas de participantes, desde Belmonte a Loulé, tendo sido Loulé a levar os principais prémios. -----

-----Congratulava-se com o êxito da iniciativa, que só ocorrera porque os serviços de logística, nomeadamente o do trânsito, tinham colaborado muito intensamente na realização desta prova. -----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para que prestasse esclarecimento às questões colocadas. -----

-----**O Presidente da Câmara** referiu que relativamente à questão do lixo, iriam de facto ter uma greve da AMARSUL. Esses serviços funcionariam no dia 3 de maio, e no dia 4 que era domingo deixava outra vez de haver esse serviço. Salientou que isso iria certamente ter um grande impacto no concelho de Sesimbra assim como nos outros. No de Sesimbra em particular, porque seria certamente ponte para muita gente devido ao 1º de maio, e como era normal nestas alturas iriam ter mais gente no concelho, mas a greve era um direito legítimo dos trabalhadores, ainda mais porque a Câmara estava de acordo com os objetivos desta greve, pois estavam contra a privatização da EGF. -----

-----O objetivo central desta greve era exatamente esse, a preocupação dos trabalhadores com a privatização da empresa onde laboravam, e aquilo que a Câmara Municipal ia fazer era informar os munícipes dessa situação, tendo sido já colocado um comunicado no *site*, mas também iria haver

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

distribuição de uma informação à população dando conta da greve, informando que a Câmara iria procurar que essa greve tivesse o mínimo impacto possível em termos de saúde pública. -----

-----Era impossível que não tivesse impacto, mas procurariam garantir os meios para que tivesse o mínimo impacto possível, apelando também aos próprios munícipes para reduzirem ao mínimo a deposição de resíduos nos contentores durante este período, ou seja, se possível manterem o lixo em casa o mais tempo possível durante estes dias para reduzirem a quantidade de lixo a depositarem nos contentores. -----

-----Acrescentou que, para além disso estavam preparados para no dia 2 à noite fazerem uma recolha deixando o lixo dentro dos carros coletores para também poderem aliviar mais rapidamente os contentores e depois fazerem a entrega no aterro da AMARSUL, logo nesse 1º dia em que os serviços estavam a funcionar, permitindo que nesse dia se fizesse uma entrega e mais uma volta para recolha do lixo. ---- -----

-----Acrescentou que também iriam fazer um esforço adicional no dia 29, véspera da greve, para recolher o lixo em todo o concelho mesmo que coincidissem com os dias em que só havia recolha alternada. -----

-----A Câmara iria solidarizar-se com a greve dos trabalhadores, tendo o próprio intenção de estar no dia 29 à meia-noite à porta da AMARSUL para mostrar a sua solidariedade e apoio a esta luta, no entanto também iam procurar que os impactos para a população do concelho fossem os menores possíveis.-----

-----Relativamente às obras do Casal do Sapo, a informação que tinha por parte do Vereador era que faltava um pequeno troço de cerca de 50m/100m para asfaltar, porque já estava fora do limite da respetiva AUGI, embora tivesse sido a AUGI com as obras que tinha destruído a estrada que estava pavimentada antes.-----

-----As dificuldades financeiras das AUGIS do Casal do Sapo naquele momento não permitiam a pavimentação, pelo que eventualmente teria de ser a Câmara a avançar com a pavimentação desse troço no sentido de permitir a circulação do autocarro.-----

-----O **Deputado Lobo da Silva** solicitou esclarecimento à Presidente relativamente à intervenção do Deputado Francisco Cordeiro sobre a realização da greve, questionando se isso vinha a título de informação, pois se sim, ele também gostaria de dar aí uma informação. -----

-----**A Presidente** esclareceu que este período também se dedicava à abordagem de assuntos de interesse para o município e nesse período o Deputado ao dizer que havia greve, tinha solicitado ao Presidente da Câmara quais eram as démarches que a Câmara Municipal iria desenvolver para minimizar

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

os impactos, não se tendo tratado de um anúncio ou promoção daquilo que eram os valores subjacentes à greve. -----

----- A Presidente da Assembleia deu passagem ao ponto seguinte: -----

### **7. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DO JÚRI.** -----

-----A Presidente lembrou que, de acordo com a Lei, teria que ser a Assembleia Municipal a aprovar a constituição do júri dos procedimentos concursais. Salientou que se tratava da aprovação de 4 júris que tinha a ver com os cargos de Diretor de Departamento de Finanças e Património, Chefe da Divisão de Ambiente e Urbanismo, Chefe de Divisão de Educação e Desporto e Chefe de Divisão de Cultura e Bibliotecas.-----

-----Passou a questionar os presentes sobre se existia alguma dúvida sobre esta matéria, não tendo havido qualquer manifestação para intervenção. -----

-----Colocado a votação “**PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DO JÚRI**”, foi deliberado o seguinte: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou, por unanimidade, a designação dos elementos dos júris dos procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes abaixo enunciados, por se reconhecer que tais elementos possuem as características exigidas no nº 2 e 3 do art. 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, nomeadamente mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, são detentores de vasta experiência na área de recursos humanos e da administração local autárquica, porquanto desempenham há vários anos funções dirigentes ou de consultoria no Município de Sesimbra e integraram, por diversas vezes, júris de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal e de dirigentes: -----

#### **-----Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento e Património -----**

-----Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha – Diretor de Departamento de Finanças e Património; -----

-----1º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio – Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos; -

-----2º Vogal Efetivo – António José Escalera – Advogado e Consultor Jurídico; -----

-----1º Vogal Suplente – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada – Chefe de Divisão de Cultura e Bibliotecas, em substituição; -----

-----2º Vogal Suplente – Joaquim Mário Alves Feio Babo – Advogado e Consultor Jurídico.-----

#### **----- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Ambiente Urbano -----**

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha – Diretor de Departamento de Finanças e Património;-----

-----1º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio – Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos; -

-----2º Vogal Efetivo - António José Escaleira – Advogado e Consultor Jurídico;-----

-----1º Vogal Suplente – Cláudia Cristina Pinho da Silva – Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico;-----

-----2º Vogal Suplente – Joaquim Mário Alves Feio Babo – Advogado e Consultor Jurídico.-----

----- **Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Educação e Desporto** -----

-----Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha – Diretor de Departamento de Finanças e Património;-----

-----1º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio – Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos; -

-----2º Vogal Efetivo – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada – Chefe de Divisão de Cultura e Bibliotecas, em substituição;-----

-----1º Vogal Suplente – António José Escaleira – Advogado e Consultor Jurídico;-----

-----2º Vogal Suplente – Joaquim Mário Alves Feio Babo – Advogado e Consultor Jurídico.-----

----- **Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Cultura e Bibliotecas** -----

-----Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha – Diretor de Departamento de Finanças e Património;-----

-----1º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio – Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos; -

-----2º Vogal Efetivo – António José Escaleira – Advogado e Consultor Jurídico;-----

-----1º Vogal Suplente – Joaquim Mário Alves Feio Babo – Advogado e Consultor Jurídico;-----

-----2º Vogal Suplente – Cristina da Conceição Silvestre Gomes Almeida Baeta – Chefe de Divisão de Gestão Urbanística-Zor. -----

-----Foi dada passagem ao ponto **8. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (ADREPES) – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – APROVAÇÃO**-----

-----A Presidente informou que este ponto não tinha sido objeto de apreciação, por parte de nenhuma Comissão, dando a palavra ao Presidente da Câmara para que este fizesse uma pequena apresentação.-----

-----O **Presidente da Câmara** informou que, basicamente esta proposta de alteração vinha no sentido

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de poder alargar o âmbito de intervenção da ADREPES a áreas, uma delas já tinha integrado o quadro atual em vigor, na área das pescas, mas a intenção era de poder intervir também ao nível da reabilitação e renovação urbana e tinha como principal objetivo a possibilidade de a ADREPES (Associação para o Desenvolvimento Rural na península de Setúbal) poder ser a dinamizadora das chamadas DLBC's (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), que estavam previstas no novo quadro comunitário de apoio 2014-2020. -----

-----Uma das figuras que estava prevista, as chamadas "iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária", precisavam de uma associação com essas características onde tinham parceiros públicos e privados, como era o caso da ADREPES, que tinha sócios públicos, os municípios e sócios privados, empresas, etc.. A Câmara tinha uma experiência muito positiva com a ADREPES em relação a um conjunto vastíssimo de projetos na área da agricultura. -----

----- Disse querer recordar várias intervenções que vinham a ser feitas no concelho com apoios financeiros promovidos pela própria ADREPES no âmbito do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), como o caso da Moagem de Sampaio, da Pedreira do Avelino, apoio a projetos privados, o programa PROVE, o mercado da Lagoa, a candidatura da Mãe de Água do Cabo Espichel que também já estava aprovada, ou seja, vinha a haver um conjunto vastíssimo de experiências positivas. -----

-----Também ao nível das pescas o GAC (Grupo de Ação Costeira) onde estavam integrados, que era o grupo que ia desde a península de Setúbal até ao Algarve, liderado pela ADL Além Tejo (Associação de Desenvolvimento do Litoral), mas que no caso da Península de Setúbal quem fazia a gestão do programa era a ADREPS, por acordo dos próprios municípios e das associações profissionais envolvidas no processo. Frisou que essa experiência levava-os a que considerassem muito positiva esta alteração de estatutos face ao enquadramento destas DLBC's, nomeadamente nos próximos anos. -----

-----Dado não ter havido qualquer manifestação de intervenção, a Presidente colocou este assunto a votação, com o seguinte resultado: -----

-----A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou, por unanimidade, as alterações estatutárias da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal - ADREPES – renovando a autorização do Município para manter-se como associado daquela Associação. -----

-----Foi dada passagem ao ponto seguinte: **9. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE SESIMBRA.** -----

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente informou que este assunto tinha sido apreciado ao nível da Comissão 5 – Finanças Municipais e Administração Autárquica, Coordenada pelo Deputado Pedro Mesquita, com a participação da Vereadora Felícia Costa e de técnicos que tinham colaborado e que tinham estado presentes neste processo, tendo questionado de seguida o Coordenador se este pretendia fazer alguma intervenção. ----

-----O Coordenador informou que nessa reunião de Comissão o assunto tinha sido devidamente esclarecido pela Vereadora, assim como pelas técnicas que a tinham acompanhado, julgando que não tinham ficado dúvidas.-----

-----Solicitou intervenção o **Deputado João Rodrigues**, que disse gostar de enquadrar este ponto, porque aquilo que iriam votar não era a existência do concurso público, pois era evidente que era necessário fazer o fornecimento das refeições aos alunos, e por isso aquilo que aí se discutia era a forma como esse concurso era feito, a forma do mesmo e sobre os documentos de suporte, julgando que isso era o mais importante. -----

-----Passou a ler, referindo a cláusula 1ª, onde era dito “*o fornecimento de refeições em regime de confeção local e refeições transportadas*” e, mais à frente, a cláusula 9ª, fazia referência ao preço contratual, salientando que era sobre isso que queria falar. No que dizia respeito aos requisitos, quanto ao fornecimento das refeições, na sua opinião, estava muito bem salvaguardado pelo que apresentava os seus parabéns, pois esse Caderno de Encargos especificava muito bem as refeições que eram necessárias fornecer, ocupando 5 páginas.-----

-----Quanto à questão do preço contratual, na página 7, era dito que a Câmara pagaria ao contratante o preço constante da proposta adjudicada, o qual não poderia exceder um preço base de 714,378 euros mais IVA, e era fixado tendo em conta um preço máximo por refeição de 1,46 + IVA, ou seja, as propostas a receber tinham apenas de referir o valor global necessário para que todas as refeições fossem servidas ao longo do ano. -----

-----Não havia referência, porque de acordo com aquilo que tinha sido transmitido na reunião da Comissão era necessário apresentar o caderno de encargos, com base no valor global e isso fazia todo o sentido pelo que não era aí que estava a questão, mas no momento em que o cliente apresentava um valor global ninguém sabia qual era o valor que iria resultar por refeição, porque dependia das refeições que viessem a ser servidas, ou seja, quando o proponente apresentava a proposta, apresentava globalmente e não dizia quanto é que custava cada refeição e a Câmara apenas como garantia dizia “eu não pago mais do que 1,46€”, e por este facto poderiam não vir a beneficiar da redução da proposta, pois no ponto 2 desta mesma cláusula era dito que o preço contratual corresponderia ao produto do

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

preço/unidade por refeição multiplicado pela quantidade de refeições requisitadas através da plataforma da educação e isso estava certo, iriam pagar as refeições que fossem consumidas, no entanto o problema que aí se colocava era o preço unitário, que só podia resultar do valor global da proposta dividido pelas refeições servidas, que eles não sabiam quantas seriam. -----

-----Passou a dar o exemplo de que se admitissem 4 alunos e a Câmara dissesse que só estava disposta a pagar no máximo 12 euros por 4 refeições, mas independentemente dos alunos irem comer não pago mais do que 3 euros, e era o que estava aí nesse caderno de encargos, ou seja era definido o valor global e dizia qual era o máximo que estava disposto a pagar por cada refeição. Se só fossem 3 alunos almoçar ele perguntava, quanto é que a Câmara iria pagar pelos almoços, questionando se eram os 12 euros, referindo que a pessoa que fazia a proposta dizia que o valor total eram 12 euros, ou se 9 euros, pois a Câmara dizia que o máximo que pagava eram 3 euros por refeição. -----

----- Salientou que a proposta quando era recebida subentendia que cada refeição iria custar 2,50 euros, se a proposta fosse de 10 euros. -----

-----Voltou a explicar que a proposta global tinha um limite global de 12 euros, e a Câmara estava disposta a pagar um máximo de 3 euros por refeição. O proponente dizia que poderiam estar descansados, que a sua proposta era de 10 euros pelas refeições, ao ser 10 euros pelas refeições ao irem as 4 pessoas, dava 2,5 euros por refeição, mas se só fossem 3, a Câmara não pagaria os 10, mas pagaria o limite máximo que eram os 3 euros, porque era o que estava disposta a pagar no máximo, dando 9 euros, quando devia dar 7,5 euros, pois se fez a proposta de 10 euros para 4 refeições que era o valor estimado dos alunos que iam comer, custaria 2,5 euros. Salientou que assim a Câmara que deveria ter beneficiado do pagamento da refeição por 2,5 euros estaria a pagá-la por 3 euros. -----

-----Acrescentou que tinha tido o cuidado de ver qual era a previsão de almoços a serem servidos em todas as escolas e tinha ido à escola da Azoia, e nessa escola almoçavam 85 alunos. -----

-----Os 714 mil euros correspondiam a todos os alunos previsíveis que lá iam comer vezes 233 dias. Estes 233 dias correspondiam aos 365 dias do ano, 104 fins de semana, 22 dias de agosto em que os alunos não iam comer e mais 4 ou 5 feriados. A questão que aqui se colocava era que nos restantes meses de férias, de um modo geral só lá iam comer cerca de 50% nesta escola, o que à partida seria igual para as outras escolas. -----

-----Frisou que neste caso, a Câmara não estava a beneficiar desta redução, porque o preço não estava fixado em função da proposta inicial, e ao irem menos alunos a Câmara corria o risco de ter de pagar 1,46€ ao invés de pagar o valor que resultaria da divisão do valor total pelo número de almoços

Ata nº9 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

estimados. -----

-----O Deputado passou a referir que propunha que, no ponto 1 se mantivesse o texto que lá estava e se acrescentasse *“e que foi fixado tendo em conta a estimativa de refeições a fornecer durante o prazo de execução do contrato e o preço máximo que a Câmara aceita pagar por refeição que é de 1,46€”* ou seja, já estava a indexar à estimativa de alunos que iriam comer no global. -----

-----No ponto 2, acrescentar *“o preço contratual será concretizado mensalmente através do produto do preço máximo unitário por refeição que resultar da divisão do valor da proposta adjudicada pela estimativa das refeições a fornecer que seriam 2000 refeições diárias durante 233 dias”* e isso aí garantia que a Câmara iria pagar ao preço unitário da proposta em termos globais. -----

-----Acrescentou que, para que não houvesse dúvidas que ele acrescentaria mais um ponto *“o acumular da concretização mensal do preço contratual terá como limite máximo o valor total da proposta adjudicada”* que era isso que se pretendia. -----

-----Solicitou intervenção o **Deputado José Anselmo** que referiu também ter estado presente na reunião de Comissão onde tinha estado presente este assunto e tinham-lhe sido dados alguns esclarecimentos sobre algumas questões que lhe parecia que tinham sido abordadas no sentido positivo, tendo-se preocupado com algumas situações que estava em crer estavam aí salvaguardadas. -----

-----Compreendia que para se lançar um concurso público tinha que haver um valor base, e era com base nisso que se ia fazer, e a questão do preço unitário também estava em crer que era para salvaguardar algumas situações onde eventualmente tinham surgido algumas dúvidas, até porque o valor de €1,46, já tinham tido oportunidade de procurar preços para este serviço e de facto esse era um valor bastante baixo em relação àquele que lhes tinha sido dado à muito pouco tempo. -----

-----Havia refeições que seriam transportadas pois não iriam ser feitas no local, tendo dúvida sobre o modo como iria ser feita a fiscalização, pois todos sabiam que de vez em quando surgiam alguns problemas nestas áreas mas estava em crer que isso estava salvaguardado por parte da Câmara. -----

-----Solicitou intervenção o **Deputado Tiago Aragão** que referiu que também ele tinha estado presente na reunião de Comissão, onde este assunto tinha sido abordado, e já nessa altura tinham falado na questão do preço, e tinham tido a oportunidade de ouvir alguns esclarecimentos por parte do gabinete jurídico e dos técnicos que tinham estado a elaborar este documento. -----

-----Daquilo que tinha entendido, parecia-lhe bastante claro que o preço base dependia diretamente do preço por refeição, visto estar especificado no próprio clausulado, de que o preço base era (x) e em seguida ser dito *“tendo em conta um preço máximo por refeição de (y)”*, pelo que uma coisa não podia

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ser dissociada da outra, e preço base não era preço final, portanto o valor global que fosse tido em conta no contrato teria que ter em conta a tal média estimada. Essa média estimada não seria o valor que a Câmara pagaria, porque como poderiam ver na cláusula seguinte, na cláusula 10ª os valores que iriam ser pagos, iriam só ter em conta as refeições efetivamente vendidas, portanto quando chegavam os valores das várias escolas indicando as refeições que tinham sido efetivamente fornecidas pelo valor que estava no contrato, e que tinha sido adjudicado, o valor global dependente do unitário, é que efetivamente seria pago. -- -----

-----Frisou que, mais do que ter em conta o tal valor global, que era essencial em termos formais, o que iria depender, dado não poder ser uma proposta demasiadamente baixa neste tipo de situações na medida em que havia um mínimo legal que estava aí previsto, 50% do tal valor unitário base, portanto se fosse muito inferior também não poderia ser adjudicado por critérios legais.-----

-----Tendo o valor um patamar, o que iria estar a concurso seria eventualmente alguns cêntimos dentro desta baliza em que alguns poderiam dar uns cêntimos a mais e outros uns cêntimos a menos, porque todo o serviço que iria ser prestado estava devidamente discriminado em todos os documentos de forma a garantir a qualidade do serviço, portanto estava garantida a qualidade do serviço assim como estava garantido que iria ficar um preço balizado para esse efeito e a Câmara só iria pagar aquelas refeições que fossem fornecidas, pelo valor adjudicado dentro dessas balizas.-----

----- Parecia-lhes assim que estava tudo devidamente garantido para proteger aquilo que lhes interessava mais, que era que as crianças pudessem ter refeições de qualidade a um preço razoável a ser suportado pelas contas do município.-----

-----Solicitou intervenção o **Deputado João Rodrigues** que disse gostar de referir mais uma vez que os cadernos de encargos não fixavam o valor unitário da refeição e desafiava os presentes a dizerem hipoteticamente um valor de referencia da proposta, qual era o valor unitário que iria cobrar por cada refeição. Salientou que se esse caderno de encargos dissesse isso ele ficaria satisfeito, mas esse caderno de encargos não dizia isso. Especificou que se um proponente em vez dos 750 mil euros, apresentasse uma proposta de seiscentos mil euros, ele não estava a dizer que a refeição era (x) ou (y), estava a dizer que queria receber no final do ano seiscentos mil euros.-----

-----Voltou a desafiar os presentes para que com base nesse caderno de encargos dissessem qual era o valor unitário da refeição, frisando de seguida que não o poderiam fazer, pois o caderno de encargos não previa isso. Pediu que tivessem atenção a isso, na medida em que isso era dinheiro. Disse ser evidente que se lhe dissessem que a proposta que iria ser apresentada corresponderia à forma como ele

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

aí tinha apresentado, em que se devia dizer que o valor de referencia máximo unitário era a dividir pelo total das refeições previstas e aí sim, se fosse próximo desse valor, o efeito seria reduzido, mas se a proposta fosse muito mais baixa, em que podia ia até 50% do valor de referencia 1,46, ele já não iria tão longe, pois bastava ir a 70 ou 80% daquele valor e a Câmara estaria a perder dinheiro. -----

-----Acrescentou que não ia dizer aí qual era o dinheiro que a Câmara perderia em função das variáveis, porque desconhecia qual era a proposta final, mas podia dizer que, em função da proposta adjudicada e se ela tivesse uma redução efetiva, ele solicitava desde já que no final do ano de 2015 lhe fornecessem a indicação de todas as refeições que tinham sido servidas e ele dir-lhes-ia qual tinha sido o valor que a Câmara tinha perdido por esse motivo.-----

-----Dado não haver mais nenhuma manifestação de intervenção por parte dos Deputados, a Presidente deu a palavra ao Presidente da Câmara, que por sua vez a passou à Vereadora Felícia Costa, na medida em que esta acompanhara o processo.-----

-----A **Vereadora Felícia Costa**, começou por referir que tinha o Caderno de Encargos à sua frente e na cláusula 9, aquilo que dizia era que *“o objeto contratual é pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato. A Câmara Municipal de Sesimbra pagará ao contratante o preço constante da proposta adjudicada, a qual não pode exceder o preço base de 714.378 mil euros acrescidos do IVA à taxa legal em vigor e a fixar tendo em conta um preço máximo por refeição de 1,46€, acrescidos do IVA à taxa em vigor”*, portanto o que estava aí dito era que a Câmara iria pagar por valor unitário de refeição o máximo de 1,46€, e como também tinha sido explicado eles iriam colocar isto na Plataforma, onde haveria um email eletrónico, onde este preço unitário poderia baixar de acordo com as empresas que concorressem e da forma como essas empresas se apresentassem depois no leilão. -----

-----Salientou que o preço máximo por refeição que a Câmara iria pagar era de 1,46€, e poderia até nem ser esse o valor adjudicado, podendo vir a ser menor, 1,42€ ou 1,43€. No final a Câmara iria pagar à empresa que ganhasse o concurso, o valor unitário que ficava fixado, em que o máximo seria 1,46€ mas podia ser menos, vezes o número de refeições, vezes o número de dias e esse valor unitário vezes o número de dias, vezes o número de refeições não poderia nunca exceder os 714 mil euros. Disse não estar a perceber a questão que estava a ser levantada, porque o valor unitário era a base com que iriam trabalhar.-----

-----O **Deputado João Rodrigues** disse que iria repetir o exemplo, dizendo que supondo que a Câmara só tinha 4 alunos para comer as refeições, e a Câmara dizia *“estou disposta a pagar no máximo 12 euros pela refeição para os 4 alunos e além disso só pago o máximo de 3 euros por cada refeição”*. Pressupondo

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que a proposta aceite vai ser de 10 euros e só vão almoçar 3 crianças, questionava quanto pagava a Câmara por estes almoços, respondeu que pagava 9 euros porque era o valor que a Câmara estava disponível a pagar por cada refeição no máximo, no entanto o valor que tinha sido adjudicado era o valor de 10 euros. -----

-----Dado ter-se levantado uma grande celeuma sobre este assunto, **a Presidente** interrompeu os trabalhos pelo período de 5 minutos, para que trocassem impressões. -----

-----Retomados os trabalhos, a Presidente informou que da conversação havida tinha resultado, por parte do Presidente da Câmara e da Vereadora, a aceitação do proposto pelo Deputado João Rodrigues, no sentido de salvaguardar o valor unitário da refeição. Salientou ter sido feito um acordo que no fundo se traduzia, se a Assembleia assim entendesse, de aceitar aquilo que era a proposta que ali estava colocada neste documento, com a inclusão do proposto, sob compromisso da Câmara. -----

-----**O Presidente** solicitou o uso da palavra para referir que o que se tinha acordado aí era no sentido de garantir que o valor unitário seria o valor da proposta global apresentada, a dividir pelo número total de refeições estimadas para o ano assim como garantir que esse valor ficava fixado e que a empresa não poderia cobrar o valor de 1,46, mas sim o que resultasse dessa conta. Procurar-se-ia garantir isso no texto com a redação proposta pelo Deputado ou por outra que viesse a ser entendimento por forma a garantir o objetivo, com o qual estavam de acordo. -----

-----Dado não ter sido levantada nenhuma objeção a esta matéria, a Presidente colocou a votação a proposta **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE SESIMBRA**, levando em consideração as alterações propostas a incluir no ponto 1 e ponto 2 do artigo.---

-----Colocado a votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, autorizar, de acordo com o estipulado nos nºs 1 e 6 do artº 22º do Decreto-lei nº197/99 de 8 de junho (ainda em vigor por força do disposto na alínea f) do artº 14º do Decreto-lei nº 18/2008, que aprova o Código dos contratos Públicos), a abertura do procedimento do concurso público para o fornecimento de refeições em regime de confeção local e de refeições transportadas para os jardins-de-infância e escolas básicas da rede pública do concelho de Sesimbra, considerando que a despesa não consta no Plano Plurianual aprovado pela Assembleia Municipal, e que irá dar lugar a um encargo orçamental em ano que não é o da sua realização. -----

Ata nº9 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Lobo da Silva** usou da palavra para solicitar que a Câmara depois lhes fizesse chegar a versão final, já com as alterações introduzidas.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era meia noite e quinze minutos do dia 29 de abril de 2014. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----